



# **MANUAL PARA CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO E TEMPO DE VALIDADE DOS MATERIAIS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS**

---

**Rafael Martins dos Santos**  
**Kátia Cristiane Hall**  
**Marina Nunes de Faria Corrêa**  
**Carla Lucía David Peña**  
**Evandro Piva**  
**Rafael Guerra Lund**



Pantanal Editora

2026

**RAFAEL MARTINS DOS SANTOS**  
**KÁTIA CRISTIANE HALL**  
**MARINA NUNES DE FARIA CORRÊA**  
**CARLA LUCÍA DAVID PEÑA**  
**EVANDRO PIVA**  
**RAFAEL GUERRA LUND**

# **MANUAL PARA CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO E TEMPO DE VALIDADE DOS MATERIAIS MÉDICO- ODONTOLÓGICOS**

**Apoio:**



**UFPEL**



Pantanal Editora

2026

Copyright© Pantanal Editora

**Editor Chefe:** Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

**Editores Executivos:** Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

**Diagramação:** A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

## Conselho Editorial

### Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
Profa. MSc. Adriana Flávia Neu  
Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior  
Profa. MSc. Aris Verdecia Peña  
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva  
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo  
Prof. Dr. Caio Cesar Ensede de Abreu  
Prof. Dr. Carlos Nick  
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos  
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva  
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos  
Prof. MSc. David Chacon Alvarez  
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira  
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira  
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão  
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins  
Prof. Dr. Fábio Steiner  
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza  
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez  
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles  
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira  
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto  
Prof. MSc. João Camilo Sevilla  
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales  
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski  
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira  
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela  
Prof. Dr. Leandris Argentele-Martínez  
Profa. MSc. Lidiane Jaqueline de Souza Costa Marchesan  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann  
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior  
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos  
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla  
Profa. MSc. Mary Jose Almeida Pereira  
Profa. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes  
Profa. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira  
Profa. Dra. Patrícia Maurer  
Profa. Dra. Queila Pahim da Silva  
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty  
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke  
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva  
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes  
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)  
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos  
MSc. Tayronne de Almeida Rodrigues  
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca  
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira  
Profa. Dra. Yilan Fung Boix  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

### Instituição

OAB/PB  
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã  
UO (Cuba)  
UFJF  
Facultad de Medicina (Cuba)  
ISCM (Cuba)  
UFESSPA  
UEA  
UNEMAT  
UFV  
AJES  
UFGD  
UEMS  
IFPA  
UNICENTRO  
IFMT  
UFMG  
URCA  
ISEPAM-FAETEC  
IFG  
UEMS  
UFF  
(Colômbia)  
UNAM (Peru)  
IFRR  
UCG (México)  
Mun. Rio de Janeiro  
UNMSM (Peru)  
UFMT  
Mun. de Chap. do Sul  
IFPR  
Tec-NM (México)  
Consultório em Santa Maria  
UFJF  
UEG  
FAQ  
UNAM (Peru)  
SEDUC/PA  
IFB  
IFPA  
UNIPAMPA  
IFB  
UO (Cuba)  
UFMS  
UFPI  
UFG  
UEMA  
IFB  
  
UFPI  
FURG  
UO (Cuba)  
UFT

Conselho Técnico Científico  
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior  
- Esp. Maurício Amormino Júnior  
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

**Catalogação na publicação**  
**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

M294

Manual para condições de armazenamento e tempo de validade dos materiais médico-odontológicos / Organização de Rafael Martins dos Santos, Kátia Cristiane Hall, Marina Nunes de Faria Corrêa, et al. – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2026.  
46p. ; il.

Outros organizadores: Carla Lucía David Peña, Evandro Piva, Rafael Guerra Lund.

Livro em PDF

ISBN 978-65-85756-83-9

DOI <https://doi.org/10.46420/9786585756839>

1. Materiais dentários. 2. Controle. 3. Segurança. 3. Vigilância. I. Santos, Rafael Martins dos (Organizador). II. Hall, Kátia Cristiane (Organizadora). III. Corrêa, Marina Nunes de Faria (Organizadora). IV. Título.

CDD 617.695

Índice para catálogo sistemático

I. Materiais dentários



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.  
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.  
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)

Dedico esse trabalho a Deus, aos meus pais, aos meus amigos — estudantes e trabalhadores da área da saúde — e aos meus professores, que, com seu olhar crítico e profissional, aceitaram contribuir de forma significativa para o desenvolvimento deste material, ainda quando ele existia apenas como uma ideia. Este é o meu primeiro conteúdo educativo publicado sob minha autoria, e sou profundamente grato a todos que fizeram parte desse processo.

Rafael M. dos Santos

Os materiais odontológicos e hospitalares desempenham um papel crucial na prestação de serviços de saúde, garantindo a segurança e o bem-estar dos pacientes. A qualidade e a durabilidade desses materiais são fundamentais para o sucesso dos procedimentos, prevenindo complicações que possam comprometer os resultados clínicos e a segurança dos pacientes.

Esses materiais têm implicações abrangentes, desde questões técnicas até responsabilidades éticas e institucionais. No contexto odontológico, resinas compostas e cerâmicas são utilizadas em uma variedade de procedimentos, assim como nos hospitais, instrumentos cirúrgicos e equipamentos de proteção são fundamentais para garantir a segurança e eficácia dos procedimentos médicos.

Por esse viés, esse manual apresentará a descrição acerca das condições de armazenamento de materiais e avaliação do prazo estabelecido de validade dos artigos médico-hospitalares específicos — seguindo o referencial teórico presente na literatura virtual — destacando também a importância das legislações brasileiras pertinentes para tais itens.

A seleção dos materiais abordados neste manual foi realizada com base em critérios de prevalência de uso clínico em serviços odontológicos e hospitalares brasileiros, disponibilidade de literatura científica indexada e relevância para a formação de profissionais e estudantes da saúde. A busca bibliográfica foi conduzida nas bases de dados PubMed/MEDLINE, Cochrane, Web of Science e Scopus, utilizando os descritores: “Storage conditions”, “Dental material”, “Hospital materials”, “Shelf-life”, “Hospital supplies”, “Expiration date” e seus equivalentes em português, com recorte temporal preferencial de 2000 a 2024. Foram incluídos artigos originais, revisões sistemáticas, normas técnicas e resoluções regulatórias pertinentes. Fontes de fabricantes foram utilizadas exclusivamente como dado complementar, sempre referenciadas como documentação técnica e não como literatura científica primária.

A biossegurança consiste em um conjunto de medidas que visam a prevenção, proteção e redução dos riscos que podem comprometer a saúde humana, segurança e qualidade de vida do homem no seu ambiente de ofício. Dessa forma, a biossegurança está intimamente relacionada com a adoção de práticas seguras no manuseio de materiais e resíduos, bem como à observância de normas e procedimentos que garantam a integridade dos profissionais da saúde, dos pacientes e do meio ambiente.

Em vista disso, a confecção desse manual tem como intuito mostrar - com base na literatura científica - os padrões do prazo de validade e das condições de armazenamento de determinados materiais de cunho odontológico e hospitalar, a fim de que desse modo seja possível a utilização mais responsável e zelosa pelos profissionais da área da saúde em relação aos utensílios que aqui serão apresentados.

## REFERÊNCIAS

- Cecilio, L. C. de O., Andrade, M. G. G., Lima, M. R. F. S., & Moraes, M. R. (2020). Os médicos e a gestão do cuidado em serviços hospitalares de emergência: poder profissional ameaçado? *Cadernos de Saúde Pública*, 36(3). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00211219>
- Hasenclever, L., Oliveira, E. A., Vargas, M. A., & Vieira, F. S. (2021). Aspectos controversos do conceito de necessidades de saúde e seus reflexos sobre a acessibilidade de medicamentos e serviços de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(11), 5401–5410. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.01452021>
- Sellera, P. E. G., Lima, L. D., Fausto, M. C. R., & Giovanella, L. (2019). The implementation of the monitoring and evaluation system of the State Health Secretariat of the Brazilian Federal District (SHS/DF). *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(6), 2085–2094. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018246.09542019>
- Wilson, F., Silva, A. L. A., Costa, M. C. N., & Almeida, L. D. (2022). Community health workers: working conditions and occupational health. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, 19(4), 437–444. <https://doi.org/10.47626/1679-4435-2022-788>

O manual acerca das condições de armazenamento e prazo de validade dos materiais médico-odontológicos surge em decorrência do crescimento e avanço teórico prático dessa área. Assim, o manual, em seus capítulos iniciais, revisita os fundamentos teóricos e a epistemologia de tais materiais.

Diante disso, os capítulos abordam como aplicar a prática em diversos contextos clínicos, contemplando diferentes utensílios usados em suas respectivas áreas da saúde (no caso, ou da medicina ou da odontologia). Sob uma perspectiva educativa, eles trazem informações atualizadas sobre pesquisas e sobre cada material analisado, além de questões norteadoras para facilitar a aprendizagem e fornecer aos leitores uma obra que seja útil em suas práticas. Os autores dos capítulos são referências em suas áreas de atuação e trabalham com pesquisas sobre diversos temas relacionados aos materiais médicos e odontológicos. Logo, esse manual apresenta uma grande variedade de produtos baseados em evidências, os quais compartilham aspectos comuns e divergências em suas bases teóricas, bem como na prática clínica.

Os aspectos comuns estão nas estruturas e nas propriedades dos materiais, nos quais a escolha e aplicação dos materiais influenciam e são influenciadas pelo contexto clínico e as necessidades do paciente. Assim, a ênfase em diferentes tipos de materiais, suas propriedades mecânicas, biocompatibilidade e funcionalidades caracterizam as principais diferenças teóricas e práticas entre esses diversos produtos. Todavia, tais diferenças não impedem a sua utilização na clínica de forma integrada. Sendo assim, torna-se relevante destacar que confeccionar um manual apresenta diversos desafios os quais podem ser categorizados em várias áreas, incluindo a compreensão do público-alvo, clareza e precisão do conteúdo, estrutura e organização, design gráfico, legalidade e conformidade, bem como a necessidade de atualizações contínuas.

Ademais, procedeu-se à divisão do manual em seis capítulos ou seções distintas: o primeiro aborda a relação entre qualidade e custo-benefício na gestão de materiais; o segundo fala acerca da aquisição dos materiais médico-odontológicos por meio de licitação; o terceiro trata da legislação vigente; o quarto discorre sobre materiais hospitalares; o quinto, sobre materiais odontológicos; e o sexto é dedicado ao descarte ético e sustentável desses insumos. Dentre alguns desses capítulos, foram efetuadas subdivisões em subtópicos, os quais abordam uma gama variada de temas relacionados a essas duas esferas da saúde. Por exemplo, no capítulo concernente aos materiais hospitalares, foram minuciosamente percorridos sobre uma série de materiais rotineiramente empregados nesse contexto, seguindo uma abordagem semelhante para os materiais odontológicos. No que concerne à componente textual, optou-se pela utilização de artigos científicos como base para a dissertação acerca de cada material, objetivando conferir um respaldo científico pertinente ao manual. Isso foi seguido por uma contextualização adicional, na qual foram exploradas algumas curiosidades e características específicas de cada material em discussão, culminando, por fim, na apresentação das recomendações de armazenamento propriamente ditas.

Assim, diante de todo o trabalho desenvolvido, não poderia deixar de expressar minha gratidão a equipe do laboratório CDCBio, da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) que viabilizou o acesso aos materiais necessários para a realização dos registros fotográficos.

Além disso, este trabalho foi apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Rede HU Brasil) e pelo Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas.

Desse modo, eu recomendo uma ótima leitura a todos, além de sugerir, a adoção desse material como bibliografia em trabalhos acadêmicos, relatórios técnicos ou demais produções científicas que façam uso de seu conteúdo.

Rafael M. dos Santos Faculdade de Odontologia

UFPel Pelotas – Rio Grande do Sul – Brasil

12 de junho de 2026

|                                                                                        |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Apresentação</b>                                                                    | <b>5</b>  |
| <b>Nota metodológica</b>                                                               | <b>6</b>  |
| <b>Objetivo</b>                                                                        | <b>7</b>  |
| <b>Prefácio</b>                                                                        | <b>8</b>  |
| <b>Capítulo 1</b>                                                                      | <b>11</b> |
| Estratégia para unir qualidade e custo-benefício na prática médico-Odontológica        | 11        |
| <b>Capítulo 2</b>                                                                      | <b>13</b> |
| Aquisição de materiais médico-odontológicos por meio de licitação                      | 13        |
| <b>Capítulo 3</b>                                                                      | <b>17</b> |
| Legislação                                                                             | 17        |
| <b>Capítulo 4</b>                                                                      | <b>19</b> |
| Materiais hospitalares                                                                 | 19        |
| <b>Capítulo 5</b>                                                                      | <b>30</b> |
| Materiais odontológicos                                                                | 30        |
| <b>Capítulo 6</b>                                                                      | <b>39</b> |
| Descarte de materiais médico-odontológicos: segurança, sustentabilidade e conformidade | 39        |
| <b>Considerações finais</b>                                                            | <b>41</b> |
| <b>Lista de figuras</b>                                                                | <b>42</b> |
| <b>Lista de abreviaturas e siglas</b>                                                  | <b>43</b> |
| <b>Sobre os autores</b>                                                                | <b>44</b> |
| <b>Índice Remissivo</b>                                                                | <b>46</b> |

# Aquisição de materiais médico-odontológicos por meio de licitação

 10.46420/9786585756839cap2

Rafael Martins dos Santos 

Carla Lucía David Peña 

Evandro Piva 

Rafael Guerra Lund 

## INTRODUÇÃO

Nos serviços públicos de saúde, a aquisição de materiais médico-odontológicos não decorre de uma simples compra comercial, mas de um procedimento administrativo formal e vinculado: a licitação. Por meio dela, a Administração Pública seleciona, de maneira isonômica e transparente, a proposta mais vantajosa para o abastecimento de insumos, equilibrando custo, qualidade e segurança (Brasil, 2021). Compreender esse processo é relevante para o profissional de saúde, uma vez que as decisões tomadas na fase de compra repercutem diretamente na qualidade, na validade e nas condições de armazenamento dos materiais que estarão disponíveis para uso clínico.

Este capítulo apresenta, de forma introdutória, o marco legal das contratações públicas no Brasil, as modalidades de licitação aplicáveis à aquisição de materiais de saúde e os cuidados técnicos que o edital deve contemplar para assegurar que os produtos adquiridos preservem suas propriedades até o momento do uso, em consonância com os temas de validade e armazenamento tratados ao longo desta obra.

## MARCO LEGAL DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

As licitações e os contratos administrativos no Brasil são regidos, atualmente, pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Encerrado o período de transição, em 30 de dezembro de 2023, essa lei tornou-se o único dispositivo vigente para novas contratações, revogando a antiga Lei nº 8.666/1993, a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e o Regime Diferenciado de Contratações (Lei nº 12.462/2011), cujas regras foram unificadas em um só texto (Brasil, 2021).

Entre seus objetivos, a Lei nº 14.133/2021 determina que a contratação busque a proposta mais vantajosa para a Administração, considerando inclusive o ciclo de vida do objeto, além de assegurar tratamento isonômico aos licitantes, evitar o sobrepreço e estimular o desenvolvimento nacional sustentável (art. 11). Esse conceito de ciclo de vida é particularmente relevante para os materiais de saúde, pois incorpora à

decisão de compra fatores como durabilidade, prazo de validade e condições de conservação, e não apenas o menor preço inicial.

## **MODALIDADES DE LICITAÇÃO E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

Essa lei prevê cinco modalidades de licitação (art. 28): pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo. Foram extintas as antigas modalidades de convite e tomada de preços, e a escolha passou a depender da natureza do objeto, e não mais do valor estimado da contratação (Brasil, 2021).

Para a aquisição de materiais médico-odontológicos, que em geral se enquadram como bens comuns — aqueles cujos padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos no edital —, a modalidade aplicável é o pregão, preferencialmente na forma eletrônica, cujo critério de julgamento é o menor preço ou o maior desconto. Quando o objeto exigir maior complexidade técnica, classificando-se como bem especial, emprega-se a concorrência, que admite critérios de técnica e preço.

Para insumos de consumo recorrente e de demanda difícil de prever — situação comum em almoxarifados hospitalares e odontológicos —, recomenda-se o Sistema de Registro de Preços (SRP), disciplinado nos arts. 82 e seguintes. O SRP permite registrar preços em uma ata válida por até um ano, admitida a prorrogação por igual período, viabilizando compras parceladas conforme a necessidade e reduzindo a formação de grandes estoques sujeitos ao vencimento.

## **PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

A Lei nº 14.133/2021 reforçou a importância do planejamento. Antes da publicação do edital, a fase preparatória exige a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), do termo de referência e do gerenciamento de riscos — documentos que descrevem a necessidade, especificam o objeto e estimam os preços de mercado (Brasil, 2021). A condução do certame passou a ser atribuída ao agente de contratação, figura que substituiu o pregoeiro e a comissão de licitação.

Toda a tramitação deve ser divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sítio eletrônico oficial que centraliza a publicidade dos atos e amplia a transparência e o controle social sobre as compras públicas.

## **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E CONTROLE DE QUALIDADE**

A qualidade do material adquirido depende, em grande parte, da precisão do termo de referência. Especificações genéricas ou incompletas favorecem a chamada “guerra de preços”, em que prevalece o produto mais barato sem garantia de desempenho adequado. Por isso, recomenda-se descrever de forma objetiva as características técnicas exigidas, exigir o registro ou a notificação do produto na ANVISA, solicitar certificados de conformidade e, quando pertinente, requerer a apresentação de amostras para avaliação prévia.

A padronização dos itens, fundamentada em evidências científicas e nas necessidades do serviço, contribui para a previsibilidade da demanda, facilita o controle de qualidade e reduz desperdícios decorrentes da aquisição de materiais inadequados.

A elaboração de critérios técnicos e descritivos é, talvez, a etapa mais determinante de toda a contratação, pois é nela que a necessidade clínica é traduzida em linguagem objetiva e mensurável. Um bom descritivo deve indicar a composição ou o material constituinte, as dimensões e a apresentação (unidade de fornecimento), as normas técnicas de referência (ABNT, ISO ou farmacopeias), a classe de risco e a situação de registro sanitário, além de parâmetros de desempenho verificáveis. Quanto mais preciso o descritivo, menor é a margem para o fornecimento de itens de qualidade inferior e menor é o risco de impugnações ou de aquisições que não atendam à finalidade pretendida.

Por outro lado, a descrição não pode direcionar o certame a uma marca ou a um fornecedor específico, salvo justificativa técnica devidamente fundamentada, sob pena de violar o princípio da isonomia. O equilíbrio entre objetividade e impessoalidade é alcançado descrevendo-se o desempenho esperado, e não a marca: especifica-se o que o material deve fazer e quais requisitos mínimos deve cumprir. Recursos como a exigência de amostras, laudos de ensaio, certificados de conformidade e, quando cabível, a prova de conceito permite aferir objetivamente se o produto ofertado satisfaz o descritivo antes da contratação, reduzindo falhas que só seriam percebidas no uso clínico.

## **VALIDADE E ARMAZENAMENTO NO EDITAL**

O edital é também o instrumento por meio do qual a Administração protege a validade e a integridade dos produtos. É prática consolidada exigir que os materiais sejam entregues com prazo de validade remanescente mínimo — comumente, ao menos 75% do prazo total —, evitando o recebimento de lotes próximos ao vencimento. Da mesma forma, devem constar do edital as condições de transporte e armazenamento exigidas, em conformidade com as instruções do fabricante e com as normas sanitárias aplicáveis, como a RDC nº 665/2022 da ANVISA (Brasil, 2021; Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2022).

Para produtos termolábeis, é indispensável prever a manutenção da cadeia de frio durante todo o transporte e o armazenamento. No recebimento, as conferências provisória e definitiva devem verificar não apenas a quantidade, mas também a integridade das embalagens, o registro sanitário e a data de validade, recusando-se os itens em desacordo. Articulam-se, assim, as boas práticas de aquisição e as boas práticas de armazenamento tratadas nesta obra.

## **RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA DE MATERIAIS**

Se a especificação inaugura a garantia da qualidade, o recebimento é a etapa que a confirma. As boas práticas administrativas determinam que o recebimento de materiais ocorra em duas fases: o recebimento provisório, no qual se confere preliminarmente a entrega, e o recebimento definitivo, no qual, após a

verificação detalhada, atesta-se a conformidade do objeto com as especificações do edital e da nota de empenho (Brasil, 2021). Em órgãos de maior porte, essa atribuição costuma caber a uma comissão de recebimento, o que assegura a segregação de funções e fortalece o controle interno.

A conferência deve ser, ao mesmo tempo, documental e física. No aspecto documental, verificam-se a nota fiscal, o número do lote, o registro ou a notificação na ANVISA, os certificados de qualidade e a compatibilidade entre o que foi solicitado, empenhado e entregue. No aspecto físico, examinam-se a quantidade, a integridade e a higidez das embalagens, a rotulagem, as condições de transporte — inclusive a manutenção da cadeia de frio, quando aplicável — e, de modo especial, o prazo de validade remanescente. Itens divergentes, avariados, mal rotulados ou com validade inferior à exigida devem ser formalmente recusados e devolvidos ao fornecedor, registrando-se a ocorrência.

Recomenda-se, ainda, que todo o processo seja documentado e rastreável: registro de entrada no sistema de almoxarifado, identificação de lotes e validade e organização do estoque segundo o critério “primeiro que vence, primeiro que sai” (PVPS). Essa integração entre o recebimento e a gestão de estoque evita a perda de materiais por vencimento, fornece subsídios para auditorias e para o controle social das compras públicas e assegura a continuidade do abastecimento. Dessa forma, critérios técnicos bem elaborados e um recebimento criterioso constituem as duas faces de uma mesma boa prática administrativa: comprar bem e receber com rigor para preservar a qualidade do material até o uso.

## CONSIDERAÇÕES

Em síntese, a aquisição de materiais médico-odontológicos por licitação é muito mais do que um trâmite burocrático: trata-se de uma etapa estratégica de gestão que condiciona a qualidade, a segurança e a economicidade dos serviços de saúde. O conhecimento, ainda que introdutório, da Lei nº 14.133/2021 permite ao profissional participar de forma mais qualificada da elaboração de especificações e do recebimento de materiais, assegurando que os princípios de conservação e validade discutidos neste manual sejam respeitados desde a entrada no almoxarifado até o uso clínico.

## REFERÊNCIAS

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (2022). Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 665, de 30 de março de 2022. <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2022/rdc-665-de-2022>
- Brasil. (2021). Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Diário Oficial da União. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)
- Justen Filho, M. (2021). Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thomson Reuters Brasil.

## Índice Remissivo

### A

adesivo odontológico, 30, 33, 42  
álcool em gel, 19, 24  
anestésico local, 30, 36  
ANVISA, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 25, 26, 39, 41, 43  
armazenamento de materiais, 5, 18

### B

biossegurança, 7, 11, 39, 44

### C

cimento endodôntico, 30, 34, 35  
controle de qualidade, 15, 23

### E

elastômeros termolábeis, 19  
esterilização, 18, 19, 21, 22, 28, 42

### G

gestão de estoque, 16  
gestão de materiais, 8

### L

luvas cirúrgicas, 19, 20, 21, 42

### M

materiais hospitalares, 8, 17, 19  
materiais odontológicos, 5, 8, 11, 30, 31, 39, 44, 45  
médico-odontológicos, 3, 8, 11, 13, 14, 16, 39, 41

### P

prazo de validade, 7, 8, 14, 15, 16, 19, 24, 25, 26, 31, 32, 34, 41  
produtos para saúde, 18

### R

RDC 665/2022, 18  
resina composta, 30, 31, 32, 33, 38, 42

### S

segurança do paciente, 21, 22, 41  
solução fisiológica, 25

### V

Vigilância Sanitária, 12, 15, 16, 17, 18, 25, 26, 27, 28, 39, 40, 43



**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 9608-6133 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)



9786585756839